

## TRABALHO E EDUCAÇÃO EM 60 ANOS DE RESISTÊNCIA AO GOLPE MILITAR

*Work and education in 60 years of resistance to a military coup*

### Entrevistada

ARANHA, Antônia Vitória Soares

### Entrevistadores

LOPES, Frederico Alves<sup>1</sup>

ZUCON, Camila Ramos de Siqueira<sup>2</sup>

SANTOS, Caio César Siqueira<sup>3</sup>

### RESUMO

Entrevista realizada com a professora Antônia Vitória Soares Aranha, em julho de 2023, abordando sua trajetória familiar, educacional, política e ética, dialogando sobre a luta pela verdade, memória e justiça contra o golpe militar e a ditadura no Brasil.

**Palavras-chave:** Trabalho e Educação; Golpe Militar; Direitos Humanos.

### RESUMEN

Entrevista realizada con la profesora Antônia Vitória Soares Aranha, en julio de 2023, recorriendo su trayectoria familiar, educativa, política y ética, discutiendo la lucha por la verdad, memoria y justicia contra el golpe militar y la dictadura en Brasil.

**Palabras clave:** Trabajo y Educación; Golpe Militar; Derechos Humanos.

### ABSTRACT

Interview carried out with professor Antônia Vitória Soares Aranha, in July 2023, covering her family, educational, political and ethical trajectory, discussing the fight for truth, memory and justice against the military coup and dictatorship in Brazil.

**Keywords:** Work and Education; Military Coup; Human Rights.

---

**1** Doutorando latino-americano em Educação (DLA/FaE/UFMG). Mestre em Educação pela UFMG, sob orientação da Profa. Antônia Vitória Soares Aranha. Professor de Sociologia na UEMG, Unidade Cláudio. Bolsista PCRH/Fapemig. E-mail: frederico.lopes@uemg.br

**2** Doutora em Educação pela FaE/UFMG. Professora de Geografia na UEMG, Unidade Divinópolis. Bolsista BPO/PAEX/UEMG. E-mail: camilazucon@gmail.com

**3** Graduando em Jornalismo pela Universidade do Estado de Minas Gerais, videomaker e diretor de comunicação do Coletivo Mãe Preta. Bolsista PAPq/Fapemig. E-mail: caio.1631707@discente.uemg.br

Antônia Vitória Soares Aranha, professora titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, possui graduação em Química pela Universidade Federal de Minas Gerais (1979), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993), doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e pós-doutorado no Programa PPFH da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2016). Foi vice-diretora (2002-2006) e diretora (2006-2010) da FaE/UFMG, além de pró-reitora de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Primeira coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (1995) e fundadora da Revista Trabalho & Educação (1996). No dia 27 de julho de 2023, Antônia nos recebeu em sua casa, junto com seu cachorro, em uma tarde ensolarada, para conversarmos sobre família, trabalho, educação, ditadura e resistência. Apresentamos a seguir uma entrevista sobre o legado de Antônia para nossa formação e para a democracia no Brasil. Motivados pela imensa contribuição que a professora nos legou em nossos estudos de pós-graduação em Educação.

**Camila Zucon:** *Fiquei com o desafio de fazer a primeira pergunta. Vamos lá, vamos começar. De onde você começa a contar sua história, Antônia? Suas raízes, seu trajeto?*

**Professora Antônia Aranha:** Olha, eu acho que desde o lugar de onde eu vim, do Vale do Jequitinhonha, e da família muito especial que eu tenho. Acho que ser do Vale é muito importante, porque tem uma identidade cultural muito forte. Minha família é do Vale, nós éramos nove irmãos, duas mulheres apenas. Um traço da minha família é o grande envolvimento político. Eu diria que cinco irmãos tiveram muito envolvimento político. O mais velho, Felipe, foi ordenado por Dom José Maria Pires. Ele estudou no Seminário em Araçuaí/MG. E um traço importante da trajetória dele é que ele foi o fundador do primeiro Sindicato Rural de Trabalhadores de Minas Gerais. Quando veio o golpe militar, eles quiseram até prendê-lo, e o Dom José Maria Pires é que impediu que isso acontecesse. Ele era bispo lá, um bispo muito progressista, já devem ter ouvido falar dele, o Dom Pelé, como era chamado. E além do Felipe, outros irmãos, como Anatório, Olímpio, Ivone e Geraldo, todos tiveram muito envolvimento com a JEC [Juventude Estudantil Católica], com a JUC [Juventude Universitária Católica] e com a JIC [Juventude Independente Católica], movimento muito forte no Vale do Jequitinhonha. E, por fim, o Idalísio, que foi um irmão que me marcou muito. Idalísio, sete anos mais velho que eu, foi uma referência muito forte para mim. Ele morreu na Guerrilha do Araguaia. Saiu de casa em 1971 e, em 1972, já estava morto. Então eu acho que essas referências todas formaram um caldo muito forte para a minha formação, minha militância. A gente respirava política lá em casa. Lembro-me que meus irmãos, na época da ditadura, alguns deles eram da Ação Popular, como o Anatório. Lembro-me muito da cena dele rodando mimeógrafos, panfletos para entregar, e me colocava para ficar grampeando as folhas. Minha mãe, quase doida: “você não bota essa menina no meio dessa confusão não”. Bobagem gente... [risos].

**Frederico Lopes:** *E como você se tornou professora?*

**Professora Antônia Aranha:** Pois é, Fred, essa pergunta, eu fico com ela na cabeça o tempo inteiro. Acho que a docência veio a se somar a uma série de coisas. Olha, eu fiz Química bacharelado, então, se for olhar para minha trajetória, eu deveria ter feito mestrado em Química e depois ter me envolvido muito no Icx [Instituto de Ciências Exatas da UFMG]. Mas o que que aconteceu? O curso de Química é um curso muito pesado, muito árido, eu acho, né? Para mim, pelo menos. E eu me graduei. Mas antes de me formar, eu comecei a dar aula. E fui me envolvendo com a docência, ainda assim, não com uma definição muito clara se eu deveria entrar por esse caminho. Mas a docência foi me puxando. Acho que a docência me escolheu antes de eu escolher a docência, sabe? E aí me senti assim, muito tocada, porque era uma relação humana muito forte. É muito, muito especial você estar na sala de aula, mesmo que eu lecionasse Química no início, mas era uma coisa muito forte, assim, eu sempre procurava ler mais, aprofundar, verificar mais. Como que a Química poderia ser traduzida no dia a dia dos alunos? Então, por exemplo, porque é que a água quente derrete a gordura e a água fria não derrete? Coisas assim, muito comuns, mas que sem uma química elaborada não ocorrem. Ela está no dia a dia. Então, acho que foi me chamando, a docência foi me chamando. Até que um dia, uma professora da Faculdade de Educação, a Lucília Machado falou comigo: “Antônia, porque é que você não faz Mestrado em Educação?”, “O quê? Mestrado na educação? Acho que não dá certo”, “Dá certo sim, eu posso te orientar”. E aí, pronto! A educação me conquistou totalmente. E daí eu passei, continuei durante o mestrado a lecionar Química, mas já voltada para outras temáticas da educação, como política educacional, trabalho e educação, tecnologia e tal. E fui enveredando por aí, até que fiquei nesse campo direto. Para vocês terem ideia, têm alguns fatos engraçados. Um dia, já no mestrado, encontrei com uma colega minha no antigo Banco do Brasil, que era uma agência bem menor do que a que existe atualmente ali na Praça de Serviço. E aí ela me perguntou: “O que você está fazendo, Antônia?”, “Então, eu estou na Faculdade de Educação, estou fazendo mestrado lá”. Então, ela respondeu: “O que é que você está fazendo na educação?”, e eu falei: “Uai, o mesmo que você está fazendo aqui, estou aprofundando, avançando os meus conhecimentos”. Por fim, ela afirmou: “Nossa, Antônia, você fez foi o bacharelado, e está mexendo com a educação agora?”. Para você ver como que a vida é. Não é? Como que é a vida. Acho que a docência me escolheu antes de eu escolher a docência. Aí foi um campo em que fui me envolvendo, me envolvendo e incorporando outras temáticas.

**Frederico Lopes:** *Professora, você citou a tecnologia, o trabalho, a educação. E o campo Trabalho e Educação se relaciona de que forma na sua vida?*

**Professora Antônia Aranha:** Primeiro, eu sempre tive uma preocupação. Olha, eu tive uma militância muito forte, mesmo antes de começar o mestrado. Já durante o mestrado, tive uma participação muito grande junto aos metalúrgicos de Betim/MG. Então, essa questão do trabalho sempre foi algo que me inquietou muito, que me chamou muita atenção. Bom, estar na educação e muito instigada pelas

questões do trabalho foi um passo para entrar nesse viés do trabalho e educação. Foi onde eu consegui organizar as minhas dúvidas, as minhas inquietações, as minhas interrogações. Foi um campo que casou muito com a militância, mesmo anterior, com o que eu vinha estudando na área da educação. Eu diria que foi uma coisa quase que natural. Foi onde consegui casar toda uma vivência, uma militância, com aquilo que eu vinha aprofundando na área de educação. Onde que eu consegui isso? No campo do trabalho e educação, que englobava tanto a questão das novas tecnologias, das relações de trabalho, da formação profissional, do que é a classe operária. Eu estava muito instigada com isso, com essa vivência que tive tão forte com os metalúrgicos de Betim/MG.

**Frederico Lopes:** *E aí você foi fazer o doutorado, nessa temática, com investigação lá na Fiat?*

**Professora Antônia Aranha:** Sim, fiz o meu mestrado na FaE/UFMG, mas o doutorado foi na PUC/SP sobre a implantação de modelos de competências da Fiat. Sabe o que foi uma coisa muito interessante? Poucos dias atrás, na segunda-feira, a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim/MG me chamou para ir lá, conversar com eles, falar da conjuntura, da situação hoje do Brasil, do mundo. E foi um papo interessantíssimo que tive com os trabalhadores atuais da Fiat, da antiga FMB [atual Teksid], porque eu já tinha muito acúmulo de coisas, então foi uma troca riquíssima. Então assim, o meu doutorado foi sob o modelo de competências da Fiat. Trabalhei com os metalúrgicos da Fiat, procurei saber muito sobre a Fiat. Tive na portaria da Fiat muitas vezes, antes mesmo do doutorado e do mestrado. Temos cenas assim, de estar no caminhão de som do Sindicato falando com os trabalhadores da Fiat. A campanha do Lula, em 1989, fomos nós que fizemos. “Nós”, que eu digo, é a corrente sindical classista, como era chamada. É ela quem conduziu a campanha junto aos trabalhadores. A gente ia para porta de fábricas, vendia camisetas, broches, distribuía panfletos, ia para o carro de som, foi muito intenso o envolvimento ali. Então, Fred, assim, trabalho, educação e a Fiat fazem muito parte da minha vivência. Para você ter ideia, quando eu comecei a pesquisa de campo na Fiat, quando eu cheguei lá na portaria, quando fui entrar, eu já tinha conseguido uma autorização de um dirigente da Fiat. E quando cheguei lá, apresentei-me na recepção. Aí a menina pegou meu documento de identidade e disse: “Você não pode entrar aqui!”, “Como? Por quê?”, e ela respondeu: “Você consta na lista negra da Fiat”. O quê? Eles detestam ser chamados de multinacional, né? Eu falei “Como que essa multinacional tem meu nome? Nunca trabalhei pra eles! O máximo que tenho de relação com a Fiat é o meu carro, que, aliás, eu vou desfazer dele” [risos]. Aprontei um escândalo na porta da Fiat, aprontei mesmo. Na época, a Fiat tinha um convênio com a UFMG, para recepcionar os pesquisadores da UFMG. Lembro-me que o pró-reitor de pesquisa na época era o Beirão. Aí liguei pro pró-reitor e falei: “Eu estou sendo barrada aqui na porta da Fiat. Sou pesquisadora da UFMG, estou fazendo o meu doutorado, tive autorização”. Sei que eu aprontei uma confusão.

**Frederico Lopes:** *Sério?*

**Professora Antônia Aranha:** Sim. Aí o pessoal ia e voltava lá de dentro. “Mas o que que está acontecendo? Professora, fique tranquila”. “Não fico não, como é que vocês me barram aqui?”. Aí eu só sei que eles ligaram para o Beirão [pró-reitor] e, depois disso, permitiram-me entrar, liberaram-me para fazer a primeira entrevista com alguns gestores lá da Fiat. Aí me pediram desculpas: “Professora, foi um grande mal-entendido”. “O seu nome não consta aqui não”. “Consta sim!”. Eu estava junto com a outra pessoa que estava fazendo mestrado, a Janete, porque ela já trabalhou na Fiat. Falei, “Não foi a Janete, não, a moça pegou minha carteirinha de identidade, falou que eu não podia entrar, que meu nome constava na lista preta da Fiat”. Então, para vocês terem ideia, foi uma vivência muito instigante, muito cheia de detalhes. Então, cheia de coisas, essa questão de trabalho, educação, Fiat, classe operária, enfim, foi um caldo assim... intenso.

**Frederico Lopes:** *E depois do doutorado, você defende e começa a trabalhar na Faculdade de Educação da UFMG?*

**Professora Antônia Aranha:** Não. Antes do doutorado eu já estava trabalhando na FaE. Eu defendi meu mestrado em 1993. Em 1994, surgiu uma vaga para professora substituta no meu departamento. Aí eu fiz, na época, uma seleção, não era um concurso. Eu fiz a seleção e passei para ser professora substituta no DAE [Departamento de Educação Escolar]. E, no final do ano de 1994, teve o concurso para professora dessa vaga que eu estava como substituta. Passei no concurso e tomei posse em 1995, em janeiro de 95. Dois anos depois, eu pude ser liberada para fazer meu doutorado. Então eu já era professora da FaE quando eu fiz meu doutorado em São Paulo. Na época, a gente tinha condições de trabalho muito melhores; o tempo de experiência era somente de 2 anos, atualmente são 3.

**Frederico Lopes:** *Estágio probatório?*

**Professora Antônia Aranha:** Isso! Estágio probatório. Além disso, a gente tinha uma bolsa muito interessante, uma bolsa que era maior do que o salário da gente na época, dada pelo governo federal, e eu consegui acumular a bolsa com meu salário. Então, com isso, pude mudar para São Paulo. Tive outras experiências muito interessantes lá em São Paulo em relação a essa questão de trabalho, educação e classe operária também. Só abrindo um parêntese – na época do doutorado, eu participei de uma pesquisa da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, para saber como estava ocorrendo a formação dos metalúrgicos, com relação aos modelos de competências. Foi riquíssimo. Em São Bernardo, eu entrei na Mercedes. Fui recepcionada pela comissão de fábrica que tinha na Mercedes. Almocei lá junto com a comissão de fábrica, contaram-me muitas histórias. Então foi um processo muito rico, muito gratificante. Ter ido para São Paulo e ter feito o doutorado lá, ter condições de ter outras vivências para além do próprio doutorado foi muito rico, muito mesmo.

**Frederico Lopes:** *E passado um breve período, você se torna diretora da FaE?*

**Professora Antônia Aranha:** É, eu defendi minha tese em 2000. E aí, logo, logo, eu comecei a trabalhar no Cenex [Centro de Extensão] da FaE. Antes de eu defender, a Inês Teixeira me ligou: “Antônia, você está voltando? Precisamos de você aqui na FaE”. Eu respondi: “Inês, eu não terminei de defender não”. “Então você vai pensando que estamos precisando”. Eu defendi, voltei para a FaE em 2000 e já assumi o Cenex, de forma que, em 2002, eu já era vice-diretora da FaE. Então, fui vice-diretora até 2006. Em 2006, eu assumi a diretoria, fui diretora da FaE. Então é uma coisa doida, né? E, em 2010, eu fui para a Pró-reitoria de Graduação [Prograd].

**Frederico Lopes:** *E como que uma mulher negra saindo do Vale de Jequitinhonha se torna pró-reitora da UFMG?*

**Professora Antônia Aranha:** Rapaz, acho que não foi só mérito meu não, sabe? Eu acho que a gente começou, primeiro, participando de uma campanha para reitoria da UFMG. Eu sabia que a gente não ia ganhar, mas eu falei: “É importante que a gente demarque posição”. E fui na campanha de 2006 para reitoria. Durante essa campanha, a gente foi demarcando um campo, sabe? Eu só ganhei na FaE, para você ter ideia. Eu era candidata a vice, e o candidato a reitor só ganhou na FaE porque estava comigo, porque nem na Medicina ele ganhou. Mas, enfim, a gente fez uma campanha assim, de muita discussão. Discutimos questão de cotas. Discutimos a questão da inclusão. Discutimos a questão do voto paritário. Defendíamos o voto paritário entre estudantes, técnicos e professores. Então, bom, isso foi a primeira coisa. Isso me abriu muitos horizontes sobre a universidade de uma forma geral. Bom, nós perdemos a eleição, foi natural, o próprio pessoal da FaE afirmou: “Agora você vai ser diretora, não tem outra alternativa”. Fui ser diretora da FaE em um momento muito especial. Estava começando a discussão do Reuni [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais]. Primeiro, a UFMG aprovou o ingresso no Reuni. Cada unidade estipulava como seria a sua contribuição para o Reuni. Foi um debate dos mais ricos que se possa imaginar na FaE, porque a gente já receberia uma ampliação vinda das licenciaturas. Por exemplo, a Matemática aumentou vagas na licenciatura, e isso se refletia na FaE. Química, História e Geografia, então, já teria, vamos dizer assim, uma ampliação natural. Mas a gente queria mais, a gente queria demarcar um outro campo, que era o campo da inclusão. Então, o que que a gente optou? A gente optou por transformar dois cursos, que eram cursos ocasionais e transitórios, o FIEI e o Lecampo, em cursos regulares da UFMG.

**Frederico Lopes:** *Formação Intercultural para Educadores Indígenas e a Licenciatura em Educação do Campo.*

**Professora Antônia Aranha:** Isso. Foi um processo de muito debate. Olha, quem é diretora não fica só dentro da sua unidade, você é chamada a participar no conselho universitário, no conselho de diretores... Enfim, você tem todo um envolvimento na administração da universidade, mesmo você sendo diretor. Então eu lembro que a gente teve muita discussão no conselho universitário. Eu era membro efetivo do



conselho universitário, e tivemos muita discussão tanto no conselho universitário como no conselho de diretores. E, além disso, chamavam-me muito para participar de outras comissões. Então, fui alargando muito o meu campo de visão, o campo de intervenção. Eu já fazia parte do Programa Ações Afirmativas, que nasceu na Faculdade de Educação, e nós tivemos que agilizar. Procuramos contatar outros professores de outras unidades, como Fafich, Engenharia, Letras, enfim... Eu sei que, disso tudo, nasceu uma carta que nós distribuimos para o conselho universitário, exigindo o que é que o conselho universitário deveria aprovar – no início, a gente defendia cotas, cotas raciais para a UFMG. Bom, desse processo todo, lembro-me que a reitoria lançou um projeto de bônus, que eram bônus somente sociais.

**Frederico Lopes:** *Um bônus de 10% na nota do vestibular para quem vem de escola pública.*

**Professora Antônia Aranha:** Isso. Eu sei que, depois de uma longa discussão no conselho universitário, uma longa discussão, nós fechamos um acordo. A gente não vai ser contra o bônus, o bônus social, mas nós queremos também delimitar, nós queremos que o conselho vote também, para quem vem de escola pública e se declara negro, mais 5% de bônus racial em aumento na nota. E foi uma discussão riquíssima no conselho universitário. Lembro-me que foi uma coisa muito emocionante, porque o Thomas foi lá, e a Nilma [Lino Gomes] também, pessoas que já tinham participado de um Seminário anteriormente discutindo a questão racial, então foi um processo muito rico. E eu me lembro que, no momento da votação do bônus social, houve praticamente uma unanimidade do conselho. “Agora, vamos votar então os 5% a mais”, então pronto, pensei: “Vamos perder, né?”.

**Frederico Lopes:** *O bônus racial.*

**Professora Antônia Aranha:** Mas eu abaixei a cabeça e votei. Lembro-me que a Carmen, que era do Coltec, falou: “Vou votar junto com você, não estou muito segura não, mas vou votar.” Aí, ela votou e me cutucou, falando assim: “Antônia, ganhamos!” Eu falei: “O quê? O bônus racial passou?” Na hora, comecei a chorar. Sério, comecei a chorar de emoção, porque foi um embate muito grande. Gente falando que, no Brasil, não há racismo, não existe isso, não existe aquilo, que somos todos iguais. O mais rico do país é a democracia racial. Então, você enfrentar um embate desse e depois conseguir convencer o Conselho Universitário a aprovar o bônus racial foi muito forte.

**Frederico Lopes:** *E pode parecer pouco, mas quando o estudante está lá, tentando o vestibular e consegue ser aprovado, isso muda a vida das pessoas.*

**Professora Antônia Aranha:** É muito, muda vidas, mudou a característica da UFMG. Então, Fred, você me perguntou como foi essa questão, foi uma história de vida. Eu nunca me imaginei, para te falar a verdade, primeiro, eu nunca me imaginava ser professora da UFMG. Apesar de, desde 1975, eu já ter entrado como estudante de graduação, em 1995 entrei como professora, quer dizer, 20 anos depois. Se me falasse: “Antônia, você vai ser professora da UFMG, e ainda vai ser diretora e pró-reitora.” Eu responderia: “Gente, deixa de bobagem, isso não

vai acontecer não”. Eu nunca me imaginei nesses espaços. Por isso que eu digo que foi uma coisa muito coletiva, de muito envolvimento, não só meu, mas de um conjunto de pessoas para construir essa trajetória.

**Frederico Lopes:** *E analisando essa trajetória, tem algo que você faria diferente?*

**Professora Antônia Aranha:** Olha, é uma pergunta difícil. Sabe por quê? É fácil a gente apontar erros assim, mas eu aprendi muito como uma pessoa. Quando a gente vai analisar determinada situação, a gente tem que olhar quais as alternativas que se tinha naquele momento, porque é fácil de dizer “olha, eu não faria isso”. Mas considerando condições daquela época, será que tinha jeito de fazer diferente? Olha, tem duas coisas que eu acho que faria diferente. Primeiro, pensar um pouco mais em mim, não ter tido uma militância tão exaustiva. Desde que eu me entendo por gente, vamos dizer assim, eu comecei a participar, militar, desde os quinze anos de idade. Quando eu entrei na universidade, já entrei nas calouradas, né, chutando o pau da barraca, vamos dizer assim. Então eu acho que eu olharia um pouco mais para mim, sabe? Eu acho que foi uma entrega muito precoce, muito, muito intensiva, que eu custei muito a equilibrar. Vamos dizer assim, a minha vida, a minha militância, a minha família, as demandas pessoais, as demandas familiares. Bom, você pode dizer “mas isso é maturidade”. Sim, é maturidade. Por isso é que eu digo “sim”, mas não sei naquela época se foi uma opção errada. Pode ser que agora, nos meus olhos de hoje, eu tenha visto que foi tenso demais tudo aquilo, e que podia ter sido menos, né? Mais devagar e tal. Mas com a história de família que eu tinha, com o chamamento todo que tinha, é muito difícil fugir daquilo, sabe? Bom, isso é uma coisa. Já a outra, aí sim acho que faço uma autocrítica. Foi quando houve a implantação da Lei de cotas na UFMG. A Lei de cotas, não sei se você sabe, ela foi um projeto nacional. Foi uma Lei. Todas as instituições federais tinham que cumprir, a UFMG saiu do bônus e entrou na Lei de cotas. Foi muito bom, mas a Lei de cotas ela permitia que as instituições implantassem os 50% [de vagas reservadas] gradativamente. E o que que aconteceu nesse “gradativamente” na UFMG? Acho que a principal responsabilidade foi minha mesmo. A principal responsabilidade disso foi minha porque a gente podia ter entrado direto, por exemplo, nos 50%. Tiveram universidades que implantaram os 50% já de cara, como a Universidade Federal de Juiz de Fora, a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Eu vou citar duas universidades aqui em Minas. Acho que eu entrei muito naquele clima, acho que foi tanto embate, que acho que eu entrei muito naquele clima de “vamos mais devagar um pouquinho”. Então, acho que a gente poderia ter implantado uma cota maior, sabe? Ter implantado uma parcela maior. Por que digo isso? Porque no ano em que a gente implantou, diminuiu o percentual de alunos de escola públicas, pobres e negros na universidade.

**Frederico Lopes:** *Sério?*

**Professora Antônia Aranha:** Houve uma queda. Por quê? Porque a gente foi muito, muito defensivo na implantação do percentual. É por isso que eu acho que a responsabilidade é minha, Fred, porque eu tinha condições de estar lá no conselho universitário, de convencer o conselho. Eu já tinha enfrentado a questão do bônus.



Já tinha ido para congregação de várias escolas para discutir a importância da inclusão social da universidade. Mas acho que eu me contaminei um pouco com aquele “jeito muito mineiro de ser” da UFMG, sabe? E aí acho que a gente implantou uma cota menor. Claro que isso, no ano seguinte, já foi superado, mas, de qualquer forma, alguns alunos de escola pública e pretos ficaram de fora no ano da implantação, em 2012. Então, acho que é isso, Fred, acho que são as duas coisas. Acho que é uma coisa mais existencial, mais pontual. Nessa implantação da Lei de cotas na UFMG, acho que fui cautelosa demais, podia ter sido mais ofensiva no conselho universitário. Tínhamos condições de fazer isso, tínhamos argumentos, dados que mostravam que a qualidade da Universidade não decaía, pelo contrário, os alunos bolsistas, na época, eram os que menos evadiam; com um ano de curso eles se colocavam no mesmo patamar dos outros alunos. Então, havia toda uma argumentação, não tinha porque ter tanta cautela para implantação. Claro, foi mais fácil, mas acho que a gente pisou na bola.

**Frederico Lopes:** *E essa é uma política fenomenal, a política de cotas do final do governo Lula e início do governo Dilma, que inclusive está completando 10 anos agora. A Lei 10630/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos originários, bem como o ensino da história da África e dos afro-brasileiros nas escolas, é uma política proposta pelo PT [Partido dos Trabalhadores] que deixará um legado na educação.*

**Professora Antônia Aranha:** Muito, muito. Acho que isso aí deu um outro colorido para as instituições federais. Em especial, para as universidades federais. Não havia estudantes negros na Medicina. Os bônus e as cotas permitiram essa inclusão. Na FaE não, porque a maioria já era de escola pública, e muitos eram alunos negros. Mas em outras unidades, mudou, mudou o perfil, mudou o perfil das escolas. Medicina, Odontologia, Veterinária... você não via estudantes de escola pública, muito menos negros nessas unidades. Então acho que foi fundamental para construir uma outra universidade, uma sociedade mais justa.

**Frederico Lopes:** *E o que você acha que o Lula precisa avançar nesse terceiro mandato que não foi feito nos outros?*

**Professora Antônia Aranha:** No campo educacional, olha... acho que a política de manutenção. A gente se deparou com muitas dificuldades. Esses alunos de escola pública, eles têm dificuldades, desde o transporte de ônibus até a manutenção básica, como alimentação. Há cursos que são caríssimos. Para você fazer um curso de Medicina, um curso de Odontologia, você tem que ter muito maquinário, equipamentos que são muito caros. Na época, a Mentis Pimentel [Fundação] tinha um programa de ceder esses equipamentos para os alunos, mas era um número insuficiente, e não havia mais verba. Não gosto desse nome de assistência estudantil, não. Eu gosto do nome de manutenção dos estudantes de camadas sociais. Porque assistência fica parecendo uma política assistencialista, isso não é assistencialismo, é obrigação do Estado manter a garantia e a permanência desses alunos. Então acho que seria muito importante. Digo isso porque vivenciei tudo muito de perto. Os alunos entravam e se mantinham, pois tinham uma fibra que

eu vou te contar... Não tinham dificuldades. Enquanto a evasão dos alunos de bônus e de cotas era x, de alunos de ampla concorrência era 2 x. Era o dobro. Mas a manutenção deles era muito sofrida. Faltava restaurantes em horários mais noturnos. Coisas assim, corriqueiras, para comprar livro, atendimento odontológico, de saúde... Então faltava muita coisa para esses alunos. E olha que a UFMG tinha um programa de manutenção desses alunos mais robustos, o mais robusto das universidades. Havia algumas universidades que não dispunham de restaurante para jantar à noite, sendo que boa parte dos cursos vindos do Reuni eram noturnos. Foram duas políticas muito decisivas para a universidade, a Lei de cotas e o Reuni, pois ampliaram o número de vagas na universidade e colocaram a Lei de cotas. Quer dizer, 50% das vagas são para alunos de escolas públicas, alunos em sua grande maioria pobres e preferencialmente negros, indígenas e portadores de necessidades especiais. Então, acho que seria muito importante avançar nessa questão da manutenção, criar políticas de permanência nas universidades e verificar se é possível avançar mais. Não sei, né? É um estudo que acho que precisava ser feito, mas quem sabe uma nova Lei de cotas, ampliando para 60% o número de alunos vindo de escolas públicas. Mas, com certeza, a questão da manutenção é um gargalo que precisa ser enfrentado. Então, diria que esse é um grande desafio para o PT. Além disso, privilegiar muito esses alunos na distribuição de bolsas, bolsas de iniciação científica, bolsas de mestrado e de doutorado. É importante ampliar por aí também. Então, essa questão da permanência tem que ser vista em um espectro bem amplo. Nós queremos que esses alunos se tornem professores das universidades, tornem-se pesquisadores, sejam referência em tudo. Então, para isso, é preciso que essa questão da manutenção e da ampliação social seja vista em um conjunto, em uma dimensão ampla nas políticas do governo federal.

**Frederico Lopes:** *Mudando de assunto, professora, o seu último livro publicado, “Compreensão dos saberes produzidos e mobilizados no trabalho e a relação com o currículo”, afirma que sua visão de mundo é permeada pelo marxismo. E aí eu te pergunto: o que é ser de esquerda hoje?*

**Professora Antônia Aranha:** Pergunta difícil, não é mesmo, Caio? Interessante. Eu diria que, dado os embates que a gente tem aqui no nosso país, acho que ser de esquerda, primeiro, é ser antifascista. Acho que isso é importantíssimo. Basta ser antifascista para ser de esquerda, não? Acho que ser de esquerda também é necessário para que a gente defenda uma nova sociabilidade, para além da sociabilidade do capital, e que haja mais justiça social, mais oportunidades para todos. E diria que, na minha compreensão, ser de esquerda também é ser socialista. Pelo contrário, acredito que há muitas pessoas que são de esquerda, mas não são socialistas. Porém, diria que os mais puros-sangues são aqueles que são socialistas. Acho que estou convencida disso. Minha vida inteira, batalhei por isso.

**Frederico Lopes:** *Então, é ser antifascista, construir uma nova sociedade, com maior justiça e igualdade? E o terceiro ponto é ser socialista?*

**Professora Antônia Aranha:** Uma nova sociedade que rompa com a sociabilidade do capital é muito, muito um sonho. Mas quem somos nós? O que somos nós se não tivermos nossos sonhos, não é? Os sonhos, com certeza, alimentam a gente, não?

**Frederico Lopes:** *Uma coisa que me chama atenção é que o Diretório Acadêmico da FaE homenageia Walkíria Afonso Costa, e o Centro Acadêmico das Ciências Sociais, lá na Fafich, homenageia seu irmão Idálisio Aranha – ambos desaparecidos durante o regime militar. O que está sendo feito atualmente pelas famílias dos desaparecidos políticos da ditadura?*

**Professora Antônia Aranha:** Ah, você tocou no ponto doloroso. Sabe por quê? Porque a gente avançou muitos passos com o governo Lula e com o governo Dilma, no sentido de construir a Comissão da Verdade, no sentido de reconhecer o tanto de atrocidades que a ditadura militar cometeu. E aí entra o governo Bolsonaro, que, no apagar das luzes, acaba com a Comissão Especial de Morte e Desaparecidos. O governo Bolsonaro desconstrói a Comissão da Verdade. Então, nós estamos, agora, nesse exato momento, fazendo um manifesto. Eu gravei um vídeo em que eu falo da necessidade de recompor a Comissão Especial de Morte e Desaparecidos. E estamos nessa luta, que possui uma característica muito interessante. Por quê? Essa luta não foi iniciada com a gente agora, ela foi iniciada com os nossos pais. E, com a exceção de uma mãe, todos estão mortos. Do Araguaia, resta apenas uma, e acho que, entre os familiares da Comissão de Mortos e Desaparecidos, as mães e pais de todos já estão mortos. No entanto, o que é muito interessante é que quem está comprando essa briga também são os netos e sobrinhos, né? Então há uma nova geração aí que está mandando ver, sabe? E eles têm uma capacidade de articulação, de utilização de outros recursos que a gente não tinha. Por exemplo, fazer vídeos, como esse que fiz e que será utilizado em uma programação mais completa, de familiares pedindo a reconstituição da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos. Então, nós estamos aí nessa luta, de reconstruir aquilo que foi tão dolorosamente construído e dar um passo adiante. Por exemplo, eu não tenho a menor expectativa de que vamos encontrar os corpos dos nossos mortos do Araguaia. Já conversei com o Genuíno [José] há pouco tempo. Fiz essa pergunta para ele: “Genuíno, com toda a sua vivência lá no Araguaia, você acha que ainda é possível conseguir algum resto mortal?”. Ele respondeu: “É muito difícil, porque o que eles conseguiram retirar em 15, 20 anos atrás, está lá em São Paulo”. Então, o governo Bolsonaro não moveu uma palha para fazer identificação dessas ossadas, e as outras que estão por lá o solo já consumiu. É um solo com uma capacidade de renovação imensa, de absorção imensa. Então, no meu modo de entender, muito dificilmente a gente vai ter acesso aos restos mortais deles e de outros, mesmo aqueles que não estiveram no Araguaia, mas em outros lugares também. Mas nós queremos saber a história deles, eles têm que prestar contas, para a gente saber o que foi feito. Quem foi que matou meu irmão? A Valkíria, foi uma morte absurda, covarde. Valkíria foi pega viva – isso é testemunho de moradores lá da região –, e levada para um acampamento militar do exército. Cavaram uma cova, atiraram a Valkíria nela e a enterraram. Não tem nem resquício do local onde isso foi feito. Mas nós queremos saber: quem autorizou a morte da Valkíria? Que autorizou metralhar meu irmão? E os outros? Isso é um direito nosso, e “nosso” que eu digo não é só de nós, familiares, mas da sociedade brasileira. Uma sociedade que não presta

conta do seu passado, corre um sério risco de reviver os dramas desse próprio passado. Você viu o Bolsonaro? Voltou a elogiar o coronel Ustras [Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel da ativa do Exército Brasileiro, ex-chefe dos centros de tortura e assassinato de pessoas que se opunham à ditadura militar], o torturador assassino, defendendo a ditadura militar, dizendo que ele matou foi pouco, tinha que ter matado eram trinta mil, porra! Têm dois anos que Bolsonaro saiu. Por que que o Bolsonaro teve esse espaço todo para fazer isso? Porque ninguém apontou o dedo ao Brilhante Ustra, a não ser os torturados, a não ser os familiares. Isso não pode ser uma cobrança só de nós familiares ou de nós perseguidos, tem que ser uma cobrança da sociedade brasileira. Então, assim, você não me perguntou, mas queria reforçar, isso não é revanchismo da nossa parte. É uma consciência profunda de justiça e de prevenção. Se a gente não acertar as contas do passado e não apontar o dedo para quem cometeu essas atrocidades, eles voltarão. Não um Brilhante Ustra, mas voltam Bolsonaros, e voltam outros. Então é essa a nossa luta, dos familiares atualmente. E tanto do Araguaia como de outros da ALN [Ação de Libertação Nacional]. Uma das figuras que eu tive o prazer de conhecer muito recentemente é o Leo Alves, neto de Mário Alves. Mário Alves teve uma morte absurda gente, Mário Alves foi um dos principais organizadores do sequestro do embaixador.

**Frederico Lopes:** *Dos Estados Unidos? Em 1969?*

**Professora Antônia Aranha:** Isso! Você não imagina a sede que eles tinham dele. Prenderam-no e ele não entregou ninguém, não falou nada. Não que eu queira julgar quem entregou, entendeu? Eu não julgo ninguém. Sabe, é algo sobre ser humano, é tortura. Mas o que é que aconteceu? Como Mário Alves não abria a boca, não falava, eles foram aumentando a dose de tortura e empalaram ele. Você sabe o que é empalar? Pegaram um cassetete, colocaram arame farpado e enfiaram no ânus dele. Ele morreu assim. Uma coisa atroz, desumana. Como é que o ser humano dá conta de fazer isso com outro ser humano? A gente não faz isso. A gente fica horrorizado quando vê que fizeram coisas assim. Não se faz isso com animais, imagina fazer com um outro ser humano. Esse pessoal vai prestar conta. Não é possível que a sociedade brasileira não cobre, precisamos saber o que aconteceu, prestado contas ao Léo, neto dele. Então, é essa a nossa luta atualmente, dos familiares, nós estamos com esse manifesto. Nós, espero que dê tudo certo, no dia 29 de agosto, estamos querendo ir para Brasília, porque dia 29 de agosto é a data da anistia no país. Então, não é uma data qualquer. Queremos levar a Brasília não apenas os familiares, mas as entidades de direitos humanos e a sociedade como um todo, para entregar a Lula, ao presidente, o nosso manifesto. Queremos que ele veja, nós queremos isso. Estou convencida de que vivemos um governo que nós elegemos, que nós apoiamos, mas um governo que é vivo, vamos dizer assim, não um pêndulo. E se nós não cobrarmos, a direita vai nadar de braçada. Então, por isso que nós vamos lá. Cabe não só a nós, mas à sociedade como um todo. Acho que a gente tem a capacidade de sensibilizar mais a sociedade nesse momento. É isso que a gente está fazendo neste momento.

**Frederico Lopes:** *Antônia, já caminhando para o final, o que você diria? Qual conselho você daria para os estudantes que estão estudando licenciatura e para os futuros professores do Brasil?*

**Professora Antônia Aranha:** Eu não sou muito de conselho não [risos]. Cada um faz sua própria história, cada um sabe o que fazer. Mas eu diria assim, baseada em minha história, diria que se eu estou aqui hoje, é porque eu, primeiro, não abri mão dos meus ideais, fui honesta nessa minha profissão. E cheguei sempre com muita dedicação e muito orgulho. Ser professora não é uma vocação, mas é um dos trabalhos mais gratificantes que alguém pode ter. Diria que, baseada na minha história, é importante a gente aprofundar o nosso conhecimento, acho que isso é fundamental, e ter muito, muito compromisso social. Eu sou como Paulo Freire, educar é um ato político, e a gente não pode perder essa dimensão política do ato de educar. Nós somos políticos, e educar é uma ação política, como toda ação humana.

**Frederico Lopes:** *Muito obrigado, Antônia, minha professora, minha orientadora.*

**Professora Antônia Aranha:** Sim, meu aluno, meu orientando e meu colega, Fred, muito obrigada. Olha, eu fico muito gratificada, gente, muito mesmo. Sem nenhuma passagem de pano, é muito gratificante a gente poder falar e a gente ter esse reconhecimento, a gente não pode negar isso. Ter uma trajetória e essa trajetória ser reconhecida é muito gratificante para a gente, não é? Então só tenho a agradecer.